

terra do Márcio Gualberto, que é a região mais quente da cidade. Ninguém se furtou a isso. Só que o problema é que começou a se criar enigmas, fantasmas onde não existiam: Ah, não tem mais previsão contratual para fazer o TAF, não pode fazer.

A gente foi atrás disso tudo, estou simplificando, mas aí é conversa, é audiência pública, é reunião, e vai e volta, aí conseguimos resolver. O bombeiro vai resolver o TAF. O bombeiro vai dar ambulância, o Exército, Deputada Alana Passos na época aqui fez um diálogo com o Comando Militar do Leste, o Comando Militar do Leste se propôs a ceder o que fosse necessário aos espaços dos quartéis do exército brasileiro, profissionais do setor de educação física do exército.

A própria secretária foi em uma reunião comigo no Corpo de Bombeiros, "olha, vamos fazer aqui um aparato para a gente resolver, a polícia penal tem profissionais assim e assado. O bombeiro tem ambulância, tem estrutura. Vamos fazer uma união de esforços sem gastar um centavo do estado. Vamos resolver isso". E a coisa vinha evoluindo. E no meio do caminho, não pela secretária, mas por outros gestores, falavam assim "ah, esquece isso, cara, são 200 mil pessoas". Não são. "Ah, mas como é que você sabe?" E criamos algo inédito no Rio de Janeiro, no Brasil. Fizemos um edital de manifestação de interesse. Milhares de pessoas vieram à Assembleia Legislativa, se cadastraram, falavam, "olha, estou vivo, tenho interesse, quero continuar". Claro que isso não é válido para o chamamento, mas isso deu um norte para a gente: Olha, tem "x" pessoas para o concurso. Eu tenho todos os números aqui. Tem "x" pessoas em 2003; "x" em 2006; "x" em 2012. É possível fazer assim, assado. Quantos dias precisa fazer o TAF?

A gente tinha todos os elementos. Aí a secretária vem aqui como uma grande parceira. A secretária veio aqui, no primeiro discurso da secretária empolgou a todos. "Olha, eu sou policial penal, o policial penal tem déficit operacional. Não quero como será, se vai ser de um concurso X, Y, Z, se vai ser um novo concurso. Eu quero policial penal na minha carreira!" E a gente começou em comunhão, uma luta minha e de outros Deputados e da secretária, de braços dados, quebrando pedra. Ia na Casa Civil, a Casa Civil demorava, a gente ia no Adilson, perturbava o saco dele, o Adilson botava o negócio para andar. Ia para PGE, voltava, esbarrava, a gente ia lá, pressionava, abria um SEI paralelo. A gente fez estratégias das mais variadas possíveis para driblar a burocracia, que é legítimo, tem que acontecer a burocracia, mesmo. Mas a gente está aqui para superar a burocracia.

Aí, a secretária, em dezembro, no final do ano, diga-se de passagem, falei aqui, a secretária veio aqui todas as vezes que foi chamada. Botou a cara, falou aqui com a gente, traçou estratégias, se comprometeu, se expôs. Então, vamos caminhar para fazer o TAF, independente do TAC, vamos fazer o TAF etc. E a gente começou a pensar o que faria. Chegamos, inclusive, em uma audiência pública desenhando porque era algo que a secretária não detém, a gestão dela não detém essa informação de qual seria a classificação de cada um, em cada concurso, e quem de fato estaria apto a fazer o TAF; quem não foi reprovado, porque só pode fazer o TAF quem foi passando nas etapas. A gente chegou a inventar juntos aqui outra inovação, fazer um outro edital de habilitação no concurso, onde o candidato tinha que trazer a sua classificação, a sua documentação, a sua prova de vida. Isso já diminuiria também a fila, porque algumas pessoas não fariam isso. E a gente teria um número exato, a Secretaria poderia tomar os atos administrativos a realizar o TAF.

Agora, todo mundo aqui, não tem menino, mais uma vez, o TAF, o Teste de Aptidão Física não significa chamamento. Todo mundo aqui sabe o seguinte; eu posso fazer o TAF, avançar mais uma etapa, a última etapa do concurso e não ser chamado nunca. Pode acontecer, todo mundo sabe. Lógico que pode acontecer! Porque vai depender de vaga, porque vai depender de orçamento, porque vai depender de necessidade, vai depender de outras questões. Agora, o que essas pessoas estão querendo, claro, é serem chamadas, é ingressarem na carreira. Mas, nesse momento, é só avançar em um estágio. Ninguém aqui, você não vai ouvir aqui ninguém pedindo "me nomeia amanhã." É o desejo de cada um, mas o pedido não é esse. O pedido é "pelo amor de Deus, realize o TAF". Está na lei e a lei é para ser cumprida! E a PGE fica inventando historinha, conversa fiada, vai e volta. Não pode ser assim.

E, para a nossa surpresa, além dessa questão que já foi esclarecida, vamos superar esse assunto da reunião, mas a postura da SEAP passou a ser "não vamos fazer mais TAF nenhum, vamos nos ater ao TAC, e fim de papo, e ainda vamos fazer um concurso novo".

Então, secretária, com todo o carinho, o que a gente só quer é a secretária de outrora, é a Maria Rosa, polícia penal vigorosa, que quer enfrentar o concurso, que quer fazer o TAF. É só isso o que a gente quer. E a comissão aqui não está para confrontar ninguém, é para jogar junto. É só isso, porque eu, de fato, não tenho como ir além. Eu não tenho caneta para ir além. A não ser o diálogo, e, eventualmente, a nossa comissão, ou um conjunto de Deputados, porque a gente já está estudando isso, partir para uma medida mais drástica; um mandato de segurança coletivo, algo que a gente não quer fazer, porque a judicialização é ruim, se arrasta por mais anos e anos.

Mas, a gente só quer fazer o TAF, mais nada! Depois vamos discutir vacância; depois vamos discutir desbloqueio de vaga; depois vamos discutir orçamento. Isso, eu chamo a responsabilidade para mim e para os demais colegas aqui. A gente vai se debruçar sobre esse orçamento. Eu faço um compromisso aqui em meu nome, do Alan, da Índia, do Júlio, do Delaroli e do Gualberto e do Dino. A gente vai fazer um esforço concentrado no orçamento desse ano, que vai vir daqui há pouquinho, para que a gente encontre elementos dentro do orçamento, ainda que deficitário face à queda de arrecadação por conta do IMCS do petróleo, do combustível, a gente vai fazer um esforço, como eu fiz anteriormente, de arrumar recurso financeiro para pagar salário, pagar curso de formação, seja lá o que for. A gente quer somar com os imbróglis que a Secretaria esbarre. Então, o apelo, e eu não quero me alongar, secretária, é somente esse.

Desculpe se me alonguei, presidente, mas eu precisava fazer uma exposição se todo o histórico. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Gualberto) - Por favor, secretária.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Excelência, Deputado Rodrigo Amorim, só fazer aqui uma retificação, o senhor tem total razão. Zero vacância que eu mencionei aqui é em relação ao Regime de Recuperação Fiscal.

Em relação aos nossos sete mil inspetores penitenciários, que é o nosso Decreto lá de, salvo engano, 2004, a gente tem 1.652 pessoas policiais, vagas. Porque de sete mil, menos cinco mil, trezentos e quarenta e poucos agentes, então, hoje nós teríamos, em tese, mil seiscentos e pouco. Mas, pelo Regime de Recuperação Fiscal é zero vacância.

E, assim, Deputado, eu passei aqui para o Presidente um e-mail que eu recebi da Deputada Martha Rocha. Ele vai depois para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Gualberto) - Já encaminhado, já encaminhado.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - E foi usado como a presidente do Conselho de Servidores Públicos. Então, Deputado, mais uma vez eu vou ratificar: não houve dolo desta secretária aqui que representa hoje os policiais penais do Rio de Janeiro.

Eu, na verdade, eu nem viria porque era um e-mail e ela ligou e, assim, eu achei que eu fosse ser desleal. Eu tinha quase certeza de que o senhor estaria nessa reunião, o senhor sabe que a gente sempre conversou muito sobre essas questões dos policiais penais, desde que nós assumimos. O senhor sempre foi uma pessoa que teve esse olhar muito atento e eu nunca me furtei de vir à reunião alguma, à Comissão nenhuma.

E a reunião que ela me convocou, me convidou, me mandou um e-mail e depois eu tenho vários WhatsApp no meu chefe de gabinete, ela cobrando a minha presença aqui. E eu entendi, Deputado, me desculpa, mas, assim, de repente pode ter sido até uma falta de, digamos, de maldade minha, não sei, aí o senhor pode ter razão. Posso ter sido usada? Não sei, eu acho que não. Eu acho que eu

quis ser elegante com ela e ela me ligou em cima da hora e falou: secretária, estamos todos aqui lhe aguardando, a senhor não vem? E eu estava numa reunião, toda lá enrolada na Secretaria e eu peguei o Alex e falei: gente, vamos lá, por favor. Aí, quando eu cheguei ela me apresentou, esse aqui é o Procurador tal, esse aqui é o assessor do Deputado Gualberto, devia ter umas quinze pessoas dentro da sala, salvo engano, não é, Alex? Umaz dez pessoas.

Deputado, vou lhe ser muito sincera...
O SR. RODRIGO AMORIM - Agradeço os esclarecimentos. De verdade, de coração aberto.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Eu vou lhe ser muito sincera: eu cheguei virada no Jiraya. Assim, desculpa, gente. Eu cheguei muito nervosa, porque eu não sabia do que se tratava a reunião, porque ela falou que era sobre o concursado. Era sobre os concursos, ela queria saber e me instou muito. E, assim, eu não poderia deixar enquanto representante dos policiais penais, enquanto representante do Estado, do meu Governador, perante três Deputados e mais alguns assessores que para mim estavam ali representando deputados, não vi os dois, realmente eu achei estranho que eu não vi os dois assessores do nosso Deputado Rodrigo Amorim, eu os conheço bem e até parabenezo aqui, porque são pessoas que sempre me atenderam muito bem.

Então, Deputado, peço desculpas aqui nesta Comissão, inclusive para o presidente da Mesa, para o senhor, para a nossa Deputada. Se houve algum equívoco também não vou atribuir isso à Deputada Martha Rocha, que eu respeito.

Essa questão de ser de oposição e situação, quando a gente está numa cadeira, que a gente é da categoria, a gente meio que fica, não é? Então, assim, não houve dolo.

O SR. GUILHERME DELAROLI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Gualberto) - Pois não.

O SR. GUILHERME DELAROLI - Vamos tocar a reunião para a próxima pauta. Já são 16h. vamos ficar nesse mesmo assunto aí, não vai responder nada. Ninguém resolve nada. Vamos "tocar o pau" aí.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Gualberto) - Ótimo.
O SR. PRESIDENTE (Márcio Gualberto) - É a fala que todos estamos esperando.

O SR. RODRIGO AMORIM - Me permite, Presidente, só para a gente esclarecer? Pode passar o vídeo aí.

O SR. GUILHERME DELAROLI - Ainda tem um vídeo, Deputado Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Patrícia, por favor, o da última audiência de dezembro.

(Apresentação de vídeo)
O SR. GUILHERME DELAROLI - Vamos dar continuidade à pauta, Deputado Amorim? Pode prosseguir.

O SR. RODRIGO AMORIM - Essa questão do TAF! Sair daqui com algum encaminhamento. Que a gente possa avançar para uma eventual realização, que é a tão sonhada realização desse TAF. O que pega? O que impede? A comissão está disposta a, ao lado da Secretaria, superar qualquer obstáculo, seja ele qual for, no sentido de a gente realizar efetivamente esse TAF. Deixar com que os candidatos estejam aptos para o chamamento, que é a segunda parte da batalha. É definir qual o tamanho das vagas, quantas serão, qual a vacância, de onde sairá o dinheiro, qual será o desbloqueio das vagas, qual o déficit operacional, porque eu também quero ver uma polícia penal vigorosa e, eventualmente, maior ainda do que esses níveis que as resoluções nacionais determinam, nessa proporção de cinco para um.

A gente pode fazer através do chamamento dos concursos que já existem e da realização de novo concurso, que é o que a gente quer, também - renovação da carreira, um novo concurso e por aí vai.

Então, nesse sentido, é muito claro para mim, a realização de um TAF vai reduzir a fila, diminuir grotescamente a fila. Como a secretária disse, com toda razão, ainda tem uma investigação social que tem que ser muito dura, que vai reduzir ainda mais. Vai ter um teste de saúde muito duro, que vai reduzir ainda mais, ou seja, a gente vai ter um quantitativo muito menor, aposto, muito menor do que se espera, e dar resposta às pessoas. É só isso que a gente pretende. (Palmas)

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Excelência, o vídeo foi de dezembro, mas, depois disso, a gente se encontrou de novo - nós não nos encontramos? Que foi quando nós tivemos a data para entregar tanto o estudo do impacto do concurso, como a definição do TAC. O senhor lembra? Depois de dezembro a gente se encontrou.

O SR. RODRIGO AMORIM - Impacto do concurso?

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - É, não, é, para um novo concurso, porque o senhor estava presente junto da reunião com a comissão lá - Deputada Martha Rocha - lembra?

O SR. RODRIGO AMORIM - Já nesse ano, nessa legislatura?

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Isso, isso, nessa legislatura e, aí, eles deram um prazo para a gente, para a Secretaria, em dez dias, que a gente até extrapolou, para a gente estar apresentando a definição efetiva do TAC, o que tinha ainda por fazer - Esquece o TAF. O TAF a gente vai resolver aqui e ...

O SR. RODRIGO AMORIM - Não, mas o principal aqui não é o TAC, secretária. O principal aqui é o TAF. O TAC está resolvido!

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - O TAC está resolvido?

O SR. RODRIGO AMORIM - O que pesa para a gente e é o motivo de a gente estar aqui nesse imbróglis é que V. Exa. mudou a sua versão de dezembro para esse ano.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - O senhor ouviu a minha fala? Sobre a Procuradoria Geral?

O SR. RODRIGO AMORIM - A senhora já falou. A procuradoria não é soberana, não, secretária. Existe lei.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Eu sei, mas é o meu órgão de assessoria. Mas é um órgão de assessoria.

O SR. RODRIGO AMORIM - Então, exponha qual foi a razão que a Procuradoria falou que não vai fazer TAF. Exponha.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Posso mandar para o senhor o nosso parecer, mas, assim, não vamos tratar aqui do parecer da Procuradoria. Agora, aqui é uma questão ...

O SR. RODRIGO AMORIM - Secretária, a senhora disse que não vai fazer o TAF, desmentindo a sua palavra de dezembro, porque a Procuradoria Geral do Estado não permitiu. Eu quero entender ...

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - É, orientou que a gente seguisse o edital ...

O SR. RODRIGO AMORIM - ...qual é o argumento da Procuradoria Geral do Estado para que a senhora não realize uma lei feita nesta Casa, que acaba com a cláusula de barreira!

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Deputado, a Procuradoria é uma assessoria. A decisão final é da secretária.

O SR. RODRIGO AMORIM - Perfeito! Perfeito! É essa Secretaria que eu quero de volta! É essa secretária que a gente quer de volta, secretária! (Palmas) Até eu vou me levantar para aplaudir a senhora agora. (Palmas) É isso. É essa secretária que a gente quer de volta!

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Excelência, eu posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Gualberto) - Pois não.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - A Procuradoria é um órgão altamente respeitável. É o órgão maior de uma assistência jurídica de qualquer Estado, e vocês sabem disso. Eu não gostaria aqui de desrespeitar a minha Procuradoria, que aqui se encontra, mas a gente sabe que o órgão de assessoria nos orienta, nos assessoria. A gente sabe que a decisão vai partir da secretária, obviamente, levada ao nosso governador, que é o meu chefe maior.

O SR. RODRIGO AMORIM - Claro!

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Que é quem me deu a oportunidade, a confiança e a lealdade de eu estar na cadeira, representando os policiais penais do Estado do Rio de Janeiro. Então, assim, Deputado, tudo que nós avencamos aqui - o senhor tem essa consciência, enquanto parlamentar republicano, que a gente vai ter

que levar para o nosso governador. Mas, de antemão, a gente sabe que um TAF, obviamente, e tem as questões logísticas, humanas, mas a gente também já conversou sobre que isso para a gente é galho fraco.

O SR. RODRIGO AMORIM - Fraco?
A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Não é? A gente já conversou lá atrás quando a gente falou de fazer um TAF com 2.000, chegou até a 4.000, não foi, Deputado, no início? Não foi?

Então, tudo o que a gente avança aqui, presidente Deputado Gualberto, a gente vai fazer uma prévia e levaremos, dando ciência ao meu chefe maior que eu respeito muito, que é o nosso governador.

O SR. RODRIGO AMORIM - Secretária, eu fico feliz com a fala de V.Exa. Todo carinho e o respeito...

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Vai ser publicado um edital.

O SR. RODRIGO AMORIM - ...do governador, que é meu amigo pessoal, fui vice-líder do Governo Cláudio Castro, com muito orgulho sou apoiador base do governador Cláudio Castro. e fiel ao Governador Cláudio Castro aqui, que foi fiel com todos nós até agora.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Sim.

O SR. RODRIGO AMORIM - O único pedido que eu faço, diante desse intuito da senhora - que eu fico muito feliz de ver a nossa secretária de volta, permitindo-me aqui a licença poética da brincadeira -, é o seguinte: a gente está disposto aqui, enquanto Comissão, para eventualmente um parecer da PGE, ou seja lá de qual órgão for, dizendo: "Ah não, vamos fazer o TAF por isso.", a gente combater essa argumentação, porque desde já eu digo que nenhum parecer será maior que uma lei vigente no Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - - Sim.
O SR. RODRIGO AMORIM - Nenhum parecer.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Inclusive, Deputado, nessa reunião que o senhor mencionou clandestina, leviana, eu mencionei das 500 vagas, porque a gente sabe que no edital a gente precisa elaborar três vezes o número. A gente tinha pensado nesse número 500, e eu deixei muito claro para a Deputada que isso ainda ia ser avaliado com a gestão superior, com o governador, com a Casa Civil e com os demais membros. Que nós editaríamos um edital com todas as regras, e que aquele número poderia ser mudado, sim. Esse número não ficou fechado em 500. Isso a gente tem que conversar, saber como a gente vai fazer essa operacionalidade, esse pré-cadastro, e a gente pode voltar a esse assunto sem problema, presidente Gualberto.

Já foi feito o cadastro?

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - Secretária, só uma pergunta.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Pois não, excelência.

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - O TAF não pode ser colocado para todos?

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Todos quem, excelência?

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - Todos que estão para fazer o TAF, que já passaram na primeira etapa, que estão para o TAF.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - 3, 6 e 12?

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - Perfeito, todo mundo.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - A senhora tem esse número, Deputada?

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - Eu não tenho, mas o Rodrigo tem.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - - Quem tem o número de 3, 6 e 12?

O SR. RODRIGO AMORIM - Eu tenho.

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - E eu aqui estou me colocando com os Deputados, todos nós estaremos aqui, "ah porque tem custo, porque..." Estamos aqui para estar com vocês.

Eu sou professora de educação física, eu já falei aqui, se precisar de avaliador, eu corro atrás da minha bancada de professor da educação física, e não vai faltar avaliador.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Excelência, uma vez aprovado, agradeço o seu oferecimento, a gente sabe que a senhora tem um viés voltado para a parte física e educação física, que eu admiro muito, que eu também gosto, mas, no momento em que a gente definir, a gente sabe que tem o Bombeiro, o Comando Militar do Leste, a nossa própria Secretaria está muito preparada porque ela já fez TAF com 2.000 ou mais servidores, isso não é problema, mas a gente aceita força amiga.

De todo modo, eu acho que a gente tem que chegar ao número, entendeu, Deputado? Porque eu realmente não tenho esse número.

O SR. RODRIGO AMORIM - Eu tenho o número, secretária, eu tenho.

A SRA. MARIA ROSA LO DUCA NEBEL - Quanto será?

O SR. RODRIGO AMORIM - Tenho todos os números. Inclusive, além da Polícia Penal. Porque eu tenho certeza de que outros concursados de outras carreiras estão nos ouvindo.

Mais uma vez, vou dizer aqui de forma clara, existe uma lei em vigor nesse estado, de minha autoria e da Deputada Martha Rocha, que acaba com a cláusula de barreira, o que isso significa? Aquele concursado que for logrando êxito nas etapas do concurso, obrigatoriamente vai fazer a próxima etapa, a próxima etapa, a próxima etapa para que nós unificámos o discurso.

Ser aprovado no TAF, ser aprovado em todas as etapas não significa ser chamado nem tomar posse. Significa estar apto para, surgindo a vaga e conforme a discricionariedade da gestão, chamar até enquanto o concurso esteja válido. Ou seja, olha que caminho aí. O que se pretende é exclusivamente permitir que essas pessoas acabem com essa *via crúcis* de ficar ainda sujeitas a etapas do concurso, só isso.

Vejamos, esses números foram números oriundos, a Comissão de Servidores tem, as secretarias todas têm, inclusive, a SEAP porque foi encaminhado para a SEAP inúmeras vezes, mas faço questão depois de entregar em documento formal e oficial da Assembleia Legislativa para a Comissão de Segurança Pública e, também, para quem quer entender, quem quer ter acesso.

Vamos lá, polícia penal, que é o que nos interessa, SEAP 2003, 686 pessoas; SEAP 2006, 247 pessoas; SEAP 2012, 2.893 pessoas; total de 3.826 candidatos. Troco de nome se esse número não cair em pelo menos 20% mais ou mais.

Isso é um favor que a gente está fazendo para administração que é pegar um problema desse tamanho e transformar para esse, ainda que não resolva, mas você vai frustrar o universo desse tamanho de pessoas, que vai ser um outro problema, do que frustrar um universo desse. É uma lógica matemática de resolução, de enfrentamento, de crise, de problema. É simples. É simples!

Eu tenho a mais absoluta convicção, os dados que não são meus, não, a gente pega o histórico de concursos, idade do concurso e realização do TAF e dificuldade que, historicamente, os concursos das polícias do Rio de Janeiro são concursos difíceis, em todos os aspectos, vai ter uma reprovação em massa e todos estão preparados para isso, ninguém se furtou a falar isso. Eu duvido que tenha um concursado aqui chorando, no dia seguinte: "Não passei". Não passou, não passou, azar o seu.

É mentira ou verdade? Então, é uma técnica de gestão reduzir problema, diante do que está exarado na lei: não tem mais cláusula de barreira, fez o concurso, fique apto. Depois eu tenho convicção que, ainda na gestão de V. Exa., secretária essa comissão vai se debruçar, façamos aqui um exercício aqui que de três mil e tanto sobrem 400, sobrem 500, 300, 200. A gente vai fazer um exercício, nessa comissão, de convocar todo mundo e, no dia seguinte, essa comissão vai fazer um exercício redobrado de abrir um novo concurso para mais 3.000 vagas. (Palmas) É mentira ou verdade? A gente quer uma polícia penal vigorosa, pujante.

Então, Deputado Gualberto, quero aqui reconhecer, em público, o que você está fazendo à frente desta Comissão. Eu estive aqui quatro anos ao lado do senhor e do Deputado Marcelo Dino e a comissão, uma das mais importantes, a mais importante. O tema é mais sensível no Rio de Janeiro, não é saúde, não é educação, com todo